

MODERNIZAR E FORTALECER A REPRESENTAÇÃO

Roberto Rodrigues*

As dificuldades para sair da estagnação econômica e a aproximação/indefinição das eleições de outubro têm produzido muita incerteza e insegurança no país, trazendo um certo clima de "nós contra eles"; as pessoas andam irritadas, as idiossincrasias aumentam gerando ódios e reações agressivas ou apaixonadas sobre qualquer assunto, gente educada perde a compostura e tudo isso dificulta a busca do equilíbrio nas mais simples discussões. Respeito perde valor, os ânimos estão à flor da pele.

Esta situação anormal para um povo pacífico e sensato como o brasileiro acaba colocando em terrenos opostos velhos aliados e até ameaça amizades sólidas. Preferências eleitorais são questionadas com rancor ou com ironia, as redes sociais multiplicam pequenas diferenças, transformando-as em crises que são levadas às instituições representativas dos setores, e os valores intangíveis da democracia ficam prejudicados. Radicalismo cresce, nublando o horizonte da lógica.

Este clima está chegando também ao agronegócio, o que não vale a pena. As nossas entidades representativas devem estar sempre bem sintonizadas e articuladas, uma vez que os legítimos interesses dos produtores rurais de todos os locais e tamanhos são os mesmos, respeitadas as especificidades das cadeias produtivas e as características regionais e fundiárias. Temos que fortalecer as entidades que realmente defendam e lutem por tais interesses.

Neste cenário há um tema que precisa ser debatido com bom senso. Trata-se da Contribuição Sindical aos organismos que representam formalmente os diferentes setores econômicos do país. A nova legislação trabalhista, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira dos últimos tempos, extinguiu claramente a obrigatoriedade de pagar a contribuição sindical. Não há dúvida quanto a isso.

Mas não extinguiu os sindicatos. Isso produzirá uma interessante consequência: o produtor rural sindicalizado só vai sustentar seu sindicato patronal se ele trabalhar de forma a representar de verdade o associado e, mais do que isso, se conseguir vencer disputas sobre temas demandados por ele. Caso contrário, o associado não pagará nada espontaneamente, o que, no limite, levará o sindicato ineficiente a desaparecer. Isso também é positivo: só ficarão os sindicatos que cumprirem a função para a qual foram criados. Acaba a ilegitimidade. Por outro lado, a redução dos recursos disponíveis para a liderança local vai desestimular os aproveitadores, aqueles que usam o sindicato em benefício próprio e de seus apaniguados. Só se candidatarão aos cargos de comando aqueles produtores que vão defender de fato as causas dos filiados todos. E ainda mais: com certeza vai também desaparecer uma questão relevante e perniciosa, que é a eternização de presidentes nas entidades. A democracia prevalecerá com a renovação de líderes, o que sempre significa arejamento das instituições e sua modernização.

Isto é consequência natural da nova lei. Mas não significa que deve acabar o sistema sindical. Significa que ele será democratizado e deverá sobreviver "mostrando serviço".

E o interesse do setor é que as entidades estaduais e a nacional de representação sindical se fortaleçam com isso, estimulando também a renovação dos seus comandos.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**